

PROGRAMA INTERREG ESPAÇO ATLÂNTICO 2014-2020

RESUMO PARA O CIDADÃO

Maio 2017

O que é o Programa INTERREG Espaço Atlântico?

A cooperação territorial tem sido uma oportunidade para que as regiões europeias menos dinâmicas estabeleçam conexões com regiões mais dinâmicas, inovadoras e prósperas e também para que as regiões mais desenvolvidas estabeleçam redes de intercâmbio e vínculos culturais, sociais e económicos com outros territórios.

No âmbito da Política Regional da União Europeia, o INTERREG Espaço Atlântico é um programa de financiamento europeu que apoia projetos de cooperação transnacional, contribuindo para a consecução da coesão económica, social e territorial de 36 regiões atlânticas.

As principais características desta área são a sua **herança ambiental** e **dimensão marítima**, bem como um padrão comum de desenvolvimento urbano e territorial, baseado numa maioria de áreas rurais intermediárias e num número limitado de grandes áreas metropolitanas.

Entre outros pontos de convergência do Espaço Atlântico, a tradição de cooperação, as **fortes redes** existentes entre os atores relevantes e o forte **património e identidade cultural**, atuam como fatores fundamentais para o seu desenvolvimento conjunto.

O INTERREG Espaço Atlântico visa, por conseguinte, alcançar progressos significativos e tangíveis para o desenvolvimento territorial coeso, sustentável e equilibrado das regiões atlânticas e do seu património marítimo, promovendo soluções para responder aos desafios dos atores envolvidos nas áreas da inovação e competitividade, eficiência de recursos, meio ambiente e ativos culturais, reduzindo assim as disparidades regionais existentes.

5 PAÍSES

ESPAÑA
FRANÇA
IRLANDA
PORTUGAL
REINO UNIDO

4 PRIORIDADES

INOVAÇÃO & COMPETITIVIDADE
EFICIÊNCIA DE RECURSOS
RISCOS DE ORIGEM NATURAL, CLIMÁTICA E HUMANA
BIODIVERSIDADE & ATIVOS NATURAIS E CULTURAIS

185M€
ORÇAMENTO

“alcançar progressos significativos e tangíveis para o desenvolvimento territorial coeso, sustentável e equilibrado das regiões atlânticas e do seu património marítimo”

Principais atividades desde 2015

O Programa Espaço Atlântico foi aprovado em 17 de novembro de 2015 pela Comissão Europeia. O *Programa de Cooperação*, documento legal que estabelece o quadro estratégico do programa, foi elaborado com base nos resultados da avaliação ex-ante realizada em 2014 e nas contribuições recebidas através de uma consulta pública realizada em 2013 e dirigida aos atores públicos e privados interessados no programa.

A primeira reunião do Comité de Acompanhamento realizou-se no Porto, em 20 de janeiro de 2016, e uma segunda reunião ocorreu em Dublin, dias 7 e 8 de setembro de 2016.

O evento de lançamento teve lugar no Porto em 24 de maio de 2016 e contou com mais de 300 participantes dos cinco Estados Membros. Este evento marcou o arranque oficial do programa e esclareceu os participantes sobre as prioridades temáticas de investimento e a primeira convocatória de projetos.

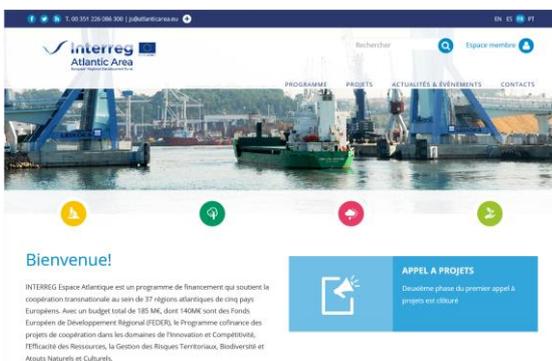


A primeira convocatória de projetos foi lançada em abril de 2016, em duas fases, e abrangeu todas as prioridades do programa. A primeira fase decorreu entre 26 de abril e 31 de maio de 2016, tendo sido apresentadas 425 Expressões de Interesse (EOI). O Comité de Acompanhamento selecionou 102 EOI para apresentar uma candidatura completa de projeto numa segunda fase, que decorreu de 31 de outubro de 2016 a 11 de janeiro de 2017.

Como resultado desta primeira convocatória, o Comité de Acompanhamento selecionou 45 projetos (três dos quais sob condições), numa reunião que se realizou nos dias 4 e 5 de maio de 2017 no Porto. Destes 45 projetos, 19 projetos enquadram-se na prioridade 1 (inovação e competitividade), 9 projetos na prioridade 2 (eficiência dos recursos), 3 projetos na prioridade 3 (riscos territoriais) e 14 projetos na prioridade 4 (biodiversidade, ativos naturais e culturais). Das mais de 3.400 entidades que se candidataram, o programa irá apoiar financeiramente cerca de 560 instituições que irão contribuir para o crescimento sustentável social e económico das regiões do Espaço Atlântico.

O Secretariado Conjunto está a trabalhar no processo de contratualização com estas parcerias. Todas as informações relativas à primeira convocatória de projetos e a lista dos projetos aprovados, estão disponíveis na página web www.atlanticarea.eu.

Durante a convocatória foram realizadas diversas sessões de informação organizadas pelos pontos de contacto a nível nacional, regional e local, com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos potenciais beneficiários.



A Autoridade de Gestão lançou um concurso público para desenvolver uma nova página web para o programa. Esta página web foi lançada em maio de 2016, com uma dinâmica mais atraente e amigável e tendo em conta as necessidades e requisitos previamente identificados.

O processo de designação da Autoridade de Gestão está em curso e os Estados Membros continuam a prestar informações sobre os seus sistemas de controlo nacionais.

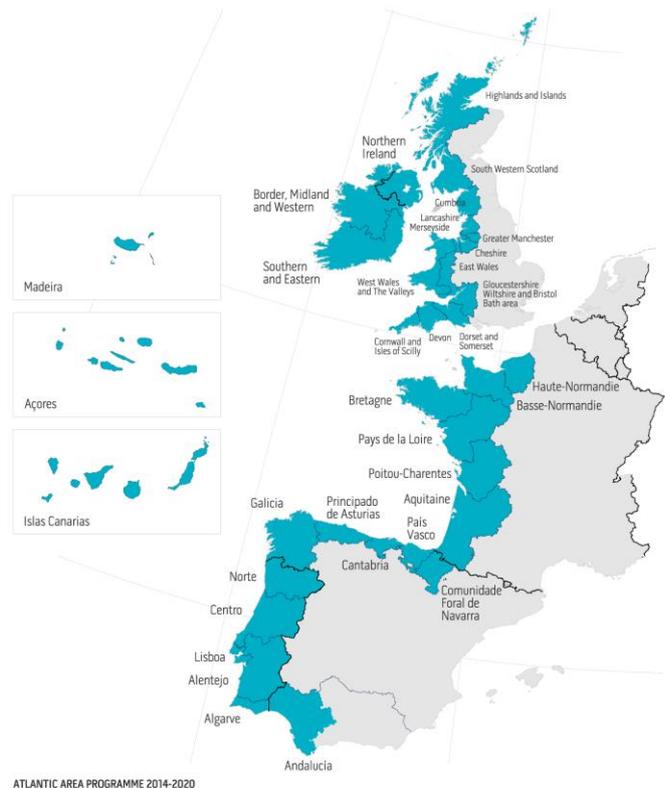


Quais são as áreas elegíveis?

O INTERREG Espaço Atlântico cobre a parte ocidental da Europa que faz fronteira com o Oceano Atlântico. Inclui 36 regiões de cinco países: a parte ocidental do Reino Unido, o norte e a parte mais ocidental do sul de Espanha, o oeste da França, a Irlanda e Portugal.

No período 2014-2020 o programa tem uma área elegível maior em relação ao programa de cooperação anterior, devido à inclusão das Ilhas Canárias (Espanha) e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Portugal). A participação dessas regiões insulares irá contribuir para uma região atlântica mais coesa, aumentar o seu património natural e cultural, assim como a sua vantagem comparativa numa perspetiva marítima.

As parcerias dos projetos devem refletir a abordagem transnacional, o que requer o envolvimento de pelo menos três dos países mencionados.



Qual é o financiamento disponível?

O programa Espaço Atlântico conta com 140 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para um orçamento total de 185 milhões de euros. A título indicativo, o valor médio de um projeto aprovado no período de programação anterior era cerca de 1,5 / 2 milhões de euros. Os projetos devem receber apoio financeiro até 75% dos seus custos elegíveis.

Quem se pode candidatar?

Os parceiros que participam nos projetos e recebem financiamento do programa, devem pertencer a uma das seguintes categorias:

- ✓ Organismos públicos nacionais, regionais ou locais;
- ✓ Instituições de ensino e investigação;
- ✓ Organizações sem fins lucrativos;
- ✓ Empresas privadas;
- ✓ Organizações internacionais, transnacionais e transfronteiriças.

Em alguns casos, entidades localizadas fora do Espaço Atlântico podem fazer parte da parceria, desde que seja demonstrado o seu valor acrescentado para a área do programa.



Como se candidatar a financiamento?

O programa prevê lançar uma convocatória de projetos por ano até 2020, desde que existam fundos disponíveis. As informações sobre as convocatórias serão anunciadas na página web do Espaço Atlântico [www.atlanticarea.eu], na página Facebook [<https://www.facebook.com/AtlanticArea>] e no Twitter [<https://twitter.com/AtlanticArea>].

O *Manual do Programa* (disponível na página web do programa) explica as regras e os procedimentos do programa para cada convocatória de projetos. Este documento contém as orientações necessárias para submeter com sucesso uma candidatura, bem como orientações para todas as fases do ciclo de vida do projeto. Uma convocatória de projetos pode ser lançada em uma ou duas fases e abranger todas ou apenas algumas das prioridades do programa. É responsabilidade do candidato fornecer informações completas e detalhadas de acordo com as orientações fornecidas no início do processo de candidatura.

O calendário, os critérios de seleção e os procedimentos de tomada de decisão serão claramente definidos nos termos de referência de cada convocatória. Após aprovação, será disponibilizada para consulta na página web do programa uma lista de todos os projetos financiados.

Quem implementa o programa?

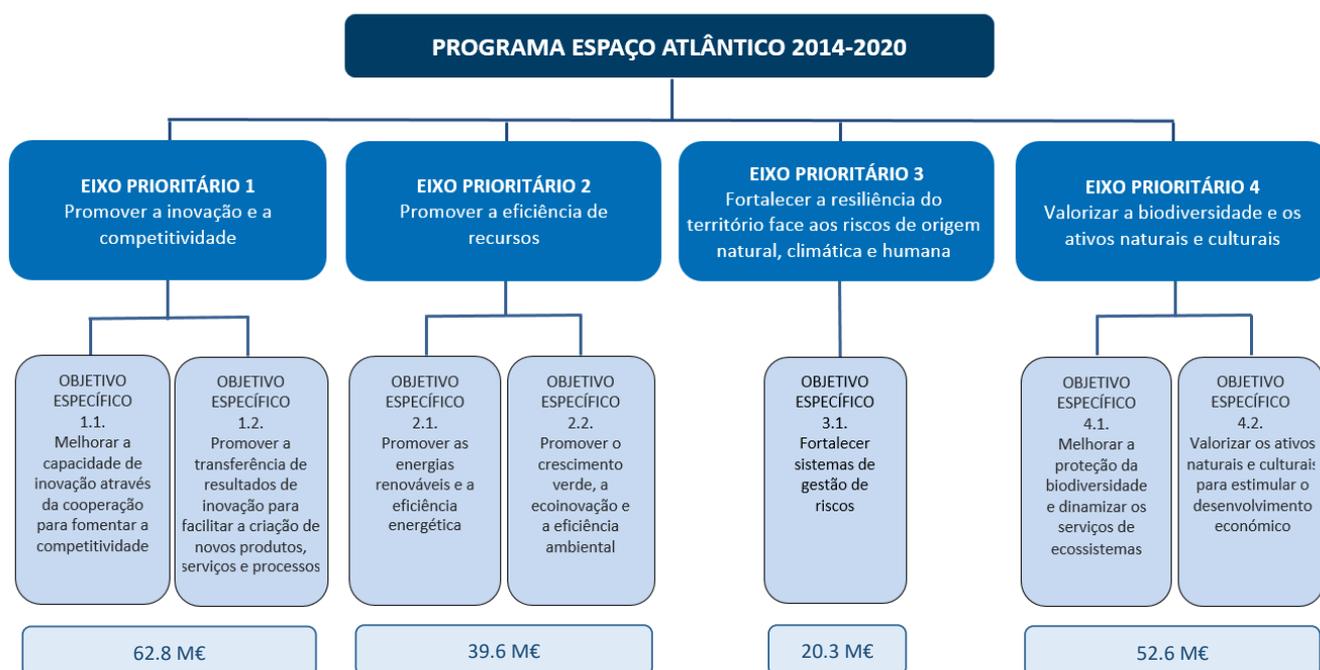
A implementação do programa e o seu bom funcionamento são da responsabilidade de vários órgãos com diferentes papéis:

Órgão	Principais responsabilidades
Autoridade de Gestão (MA) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) - Porto, Portugal	Responsável pela implementação geral do programa em nome dos países participantes. É também responsável pelo programa perante a Comissão Europeia.
Comité de Acompanhamento (CA)	Principal órgão de decisão, composto por representantes dos cinco Estados-Membros e das regiões, autoridades do programa, e pela Comissão Europeia e redes de cooperação enquanto membros consultivos.
Secretariado Conjunto (SC) Localizado no Porto, Portugal	Equipa técnica responsável pela gestão diária do programa. Presta informações sobre as oportunidades de financiamento e prepara a avaliação de projetos para decisão final de seleção por parte do CA. Apoia os beneficiários na implementação de seus projetos.
Correspondentes Nacionais (CN) Um para cada país	Rede de organismos nacionais que assegura a representação de cada Estado-Membro na estrutura de gestão. Responsáveis pela divulgação, implementação e gestão do programa a nível nacional e regional.
Autoridade de Certificação (AC) Agência para o Desenvolvimento e Coesão - Lisboa, Portugal	Responsável pela certificação de todas as despesas e pagamentos da contribuição FEDER, tanto a nível do programa como dos projetos.
Autoridade de Auditoria (AA) Inspeção Geral de Finanças Lisboa, Portugal	Responsável pela auditorias ao sistema de gestão e controlo e assegura a implementação de auditorias aos projetos.



Quais são as prioridades de investimento?

Foram identificadas quatro áreas temáticas que refletem a escolha e as necessidades dos parceiros e partes interessadas do programa. Essas áreas temáticas foram vertidas em quatro prioridades de investimento, que são configuradas da seguinte forma:



A quinta prioridade, Assistência Técnica, visa assegurar a boa implementação do programa. Mais informações sobre cada uma das prioridades de investimento são apresentadas nas páginas a seguir.

Como nos contactar?

Email: js@atlanticarea.eu

Tel: +351 22 608 63 00

Web: www.atlanticarea.eu

Secretariado Conjunto

Rua Rainha D. Estefânia, 251

4150-304 Porto, Portugal

Prioridade 1: Promover a inovação e a competitividade

FEDER: EUR 62.8 milhões

Esta prioridade irá contribuir para acelerar o crescimento inteligente apoiando a criação de um contexto adequado para estimular a inovação e promover intervenções nos setores comuns identificados nas Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (RIS3) e nos quais esta área apresenta vantagens competitivas comparativas. Esta prioridade tem dois objetivos:



Objetivo 1.1: Melhorar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade

Contribuir para a criação de um contexto empresarial, mas também público e social, orientado para a inovação, encorajando a criação de clusters, mecanismos de desenvolvimento de cooperação e de competências entre sectores complementares relacionados com a especialização inteligente das regiões e entre os agentes económicos e de investigação públicos e sociais, num contexto transnacional.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Desenvolvimento de quadros de cooperação que contribuam para apoiar a organização e reforço das relações entre de centros de recursos científicos, incubadoras de empresas, clusters, redes de empresas, centros de especialização, infraestruturas de investigação e inovação e polos de excelência regionais;
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas de transferência de tecnologia;
- ✓ Desenvolvimento de estratégias e de ferramentas baseadas na inovação para melhorar a criatividade e o espírito empresarial.

Objetivo 1.2: Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos

Apoio à exploração de novas ideias e resultados de investigação e à criação de mais empresas intensivas em conhecimento para gerar novos produtos, serviços e processos, especialmente para setores emergentes e em crescimento (de acordo com as estratégias de especialização inteligente nas regiões), também com vista à intensificação do comércio e das exportações

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Desenvolvimento de mecanismos comuns para assegurar a exploração de recursos de forma eficiente em termos de custos e a melhor utilização de resultados de investigação;
- ✓ Desenvolvimento de mecanismos e plataformas de rede facilitadores da criação de consórcios de empresas;
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de diferentes formas de financiamento da inovação como mecanismos de capital de risco e outros instrumentos financeiros relevantes.

Prioridade 2: Promover a eficiência dos recursos

FEDER: EUR 39.6 milhões

Esta prioridade apoia o desenvolvimento das energias renováveis, incluindo a aceitação social e a sua utilização, em especial das que derivam do mar e a promoção da transição para uma sociedade mais eficiente em termos de utilização destes recursos. Uma economia com baixa emissão de carbono é uma questão essencial para o desenvolvimento territorial sustentável e vital para o cumprimento dos objetivos da UE e para a mitigação das alterações climáticas que têm efeitos graves nas regiões do Espaço Atlântico. Esta prioridade tem dois objetivos:



Objetivo 2.1: Promover as energias renováveis e a eficiência energética

Fomentar as energias renováveis e a adoção de padrões energéticos eficientes no Espaço Atlântico, graças ao apoio prestado ao processo de desenvolvimento de um ambiente institucional, social e tecnológico adequado. A cooperação transnacional será estruturada em torno de uma dimensão tripla, uma dimensão institucional, social e do mercado.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Desenvolvimento de soluções tecnológicas, jurídicas, educação/formação, financeiras e organizacionais no domínio das energias renováveis, incluindo apreciações económicas e casos de negócios para quantificar o valor e os benefícios sociais, comunitários e ambientais;
- ✓ Promoção da cooperação entre os atores privados, públicos e de investigação em toda a cadeia de valor relacionada com a energia;
- ✓ Demonstrações práticas “no terreno” de novas técnicas, processos e das melhores práticas.

Objetivo 2.2: Promover o crescimento verde, aecoinovação e a eficiência ambiental

Apoio a iniciativas dedicadas à introdução da ecoinovação e ao crescimento da economia verde, contribuindo para promover padrões de produção e de consumo inovadores que poderão ajudar a minimizar os efeitos negativos no ambiente, criando também novas oportunidades de mercado e potenciais empregos no Espaço Atlântico.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Promoção da adoção da Agenda 21 no setor privado;
- ✓ Desenvolvimento de mecanismos para reduzir a quantidade de recursos (e.g. terra, água, minerais) usados nos processos industriais;
- ✓ Promoção da rotulagem da pegada de carbono e hídrica.

Prioridade 3: Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana

FEDER: EUR 20.3 milhões

Esta prioridade apoia uma melhor gestão do ambiente para que as autoridades e as partes interessadas relevantes possam estar mais bem preparadas e adaptadas às alterações climáticas e aos riscos potenciais presentes no território atlântico. Esta prioridade irá também concentrar-se na gestão territorial integrada e incluir aspetos relacionados com a prevenção e gestão de riscos comuns que as regiões atlânticas enfrentam e continuarão a enfrentar no futuro, associados às atividades naturais e humanas, incluindo as atividades da economia marítima. Esta prioridade tem um objetivo:



Objetivo 3.1: Fortalecer sistemas de gestão de riscos

Esta prioridade tira partido da cooperação transnacional para reforçar a prevenção, planeamento, gestão e monitorização de situações de risco e emergência, a vigilância, o intercâmbio de informação, melhorar as capacidades operacionais, o mapeamento e os sistemas de informação, a divulgação dos dados, a formação e o material de orientação. Esta abordagem será estruturada em três dimensões: autoridades regionais e locais, sociedade civil e indústria.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Maior envolvimento da comunidade local e líderes empresariais nas ações de prevenção dos riscos e ações de recuperação e regeneração;
- ✓ Promoção das relações entre estruturas regionais, de observação costeira e oceânica e de segurança marítima e costeira e seus modelos de previsão
- ✓ Desenvolvimento de metodologias e tecnologias para o estudo, procedimentos, avaliação e compensação de danos relacionados com os riscos;
- ✓ Demonstrações práticas “no terreno” de novas técnicas e processos.

Prioridade 4: Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais

FEDER: EUR 52.6 milhões

Esta prioridade responde à necessidade identificada de proteger o ambiente e promover a identidade cultural, no sentido de tornar a região do atlântico num espaço mais atraente para as comunidades locais e visitantes. Conservar o seu vasto património natural e os ricos recursos naturais existentes, bem como proteger de melhor forma o património cultural que concede ao Espaço Atlântico o seu caráter único, será vital para promover uma economia sustentável e o desenvolvimento territorial. Esta prioridade tem dois objetivos:



Objetivo 4.1: Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas

Apoia a cooperação no domínio da gestão ambiental e dos recursos naturais. Os desafios comuns a enfrentar consistem em adquirir um conhecimento aprofundado dos ecossistemas do Atlântico, a sua riqueza e vulnerabilidade, assim como as condições para a sua preservação em relação ao desenvolvimento de novas atividades marinhas e terrestres.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Desenvolvimento de ações piloto para testar novas soluções e métodos associados à preservação e reparação dos danos causados à biodiversidade;
- ✓ Desenvolvimento de métodos de controlo de qualidade e melhoria das águas costeiras e interiores;
- ✓ Desenvolvimento de ações de recolha e divulgação de dados sobre o ambiente (redes de observatórios do ambiente) e elaboração de modelos, com vista a aperfeiçoar as previsões e a gestão do ambiente.

Objetivo 4.2: Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico

Este objetivo específico explora as formas de aproveitar e conservar o património natural e cultural enquanto elemento chave para a identidade do Espaço Atlântico. A intenção é promover a cooperação no sentido de gerar novas fontes de riqueza e um desenvolvimento sustentável deste espaço. É colocada ênfase especial nas ações locais, com o envolvimento e a capacitação das comunidades locais que desempenharão um papel chave ao atraírem benefícios concretos para os seus territórios.

Alguns exemplos de ações a apoiar:

- ✓ Desenvolvimento de ações conjuntas no sentido de preservar o património cultural e natural;
- ✓ Valorização da atratividade das atividades tradicionais económicas e produtivas, empregos e serviços;
- ✓ Demonstrações práticas no terreno de novas técnicas e processos e das melhores práticas.